

INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO

Tipo

Artigo completo apresentado em evento científico. 2006. 15 pp.

Título:

Incubação de iniciativas econômicas associativas: uma agenda metodológica construída a partir da experiência

Autor:

Antônio Cruz

Resumo:

Ver texto, logo abaixo.

Referência original:

CRUZ, Antonio. Incubação de iniciativas econômicas associativas: uma agenda metodológica construída a partir da experiência In: IV Encontro Latino-Americano de Pesquisadores em Cooperativismo (mídia eletrônica). Rosario (Argentina): UNR/ACI, 2006.

Incubação de iniciativas econômicas associativas: uma agenda metodológica construída a partir da experiência *

Autor:

Antônio Cruz, Universidade Católica de Pelotas (Brasil)

Resumo:

O artigo discute, a partir das experiências do autor nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) das universidades de Campinas (Unicamp) e Católica de Pelotas (UCPel) – bem como dos debates presenciados no interior da rede universitária de ITCPs do Brasil – problemas e alternativas metodológicas, experimentadas por esses programas, no processo de apoio e de assessoramento à formação de iniciativas econômicas associativas identificadas com os princípios da autogestão (cooperativas populares, associações e redes de pequenos produtores, empresas recuperadas etc.). A ação de agentes externos aos empreendimentos, seja de universidades, ong's ou outras instituições, pode potencializar ou dificultar o desenvolvimento das iniciativas, dependendo da metodologia empregada, e o encontro entre atores orientados por um discurso científico e atores orientados pelo saber popular deve ser mediado por dispositivos que permitam a construção de uma interação positiva entre essas diferentes visões-de-mundo. O objetivo do trabalho é identificar, em linhas gerais, essas questões, e propor uma agenda de discussão que oriente o debate entre os agentes sociais envolvidos com o tema.

Introdução

A participação ativa em projetos de incubação de cooperativas¹ propicia um conjunto significativo de experiências e reflexões para todos aqueles que têm essa oportunidade. Por outro lado, ao aliarmos estas experiências e reflexões a outras pesquisas sobre a formação e a dinâmica da economia solidária² e das iniciativas que a compõem (daqui para frente: IEA ou IEAs – iniciativas econômicas associativas), podemos comparar a ação de incubação ao processo característico da formação e desenvolvimento das iniciativas, buscando *regularidades* que nos permitam avançar na construção de uma metodologia de intervenção apropriada àqueles que trabalham ou buscam trabalhar com

* Trabalho apresentado ao IV Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo, promovido pelo Comitê Latino-americano de Pesquisa da Aliança Cooperativa Internacional. Rosário (Argentina), 14 e 15 de setembro de 2006.

¹ No nosso caso, a participação nas incubadoras de cooperativas populares das universidades Católica de Pelotas/UCPEL (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil), nos períodos 1999-2000 e 2004-2006, e Estadual de Campinas/UNICAMP (Estado de São Paulo, Brasil), entre 2001 e 2003. Assim também nos debates da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares do Brasil, entre 1999 e 2003. Trabalho apresentado ao IV Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo, promovido pelo Comitê Latino-americano de Investigação da Aliança Cooperativa Internacional. Rosário (Argentina), em 14 e 15 de setembro de 2006.

² CRUZ: 2002; 2004; 2006; CRUZ e SILVA: 2002; CRUZ e CARDOSO: 2004a; 2004b.

ações de apoio à consolidação de empreendimentos autogestionários. Este é o objetivo do presente trabalho.

Numa primeira aproximação conceitual a respeito dos temas aqui abordados, queremos esclarecer que o termo *economia solidária* será aqui utilizado como significando

“o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes.” (CRUZ: 2006, p. 69)

Sobre as incubadoras de cooperativas populares existentes no Brasil, um outro artigo, apresentado ao III Encontro de Investigadores Latino-americanos de Cooperativismo³, e apesar de sumamente resumido, procurava caracterizar o tipo de trabalho realizado por esses grupos, bem como inventariar as diferentes metodologias utilizadas nos variados nodos da rede de incubadoras brasileiras. Ainda de forma sumária, cabe informar que essas incubadoras, que se organizam em duas redes distintas, funcionam em universidades (de variadas conformações institucionais: públicas – nacionais/federais e estaduais – e privadas – confessionais e comunitárias), embora um sem-número de outras entidades (ong's, igrejas, sindicatos, organismos públicos etc.) desenvolvam atividades de apoio às IEAs. Por isto, utilizaremos aqui o termo “*incubadora*” para nos referirmos a qualquer um desses agentes.

Uma vez que nossa intenção, aqui, é contribuir reflexivamente para as práticas sociais deste conjunto de agentes que procuram, de alguma forma, potencializar a economia solidária, consideraremos como *incubação de cooperativas* aquelas ações que se destinam a contribuir *de maneira formativa* para a consolidação de IEAs. Tal qualificação é necessária, uma vez as ações de apoio à consolidação de IEAs podem adquirir caracterização muito variada, podendo ser simplesmente *pontuais* (uma concessão de

³ Realizado na Universidade do Vale do Sinos/UNISINOS (São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil), de 28 a 30 de abril de 2004, promovido pelo Comitê Regional Latinoamericano de Investigação da Aliança Cooperativa Internacional. O mesmo texto foi posteriormente publicado com versões em português e inglês. Ver CRUZ: 2004b e 2005.

crédito, ou uma encomenda de produtos, por exemplo), podem ser *específicas* (concessão de crédito, apenas; ou projetos de comercialização, apenas) ou mesmo *integrals* (dando conta do conjunto das necessidades de auxílio). A incubação, no sentido que utilizaremos o termo, é – essencialmente – um processo pedagógico, “*entendendo os processos produtivos como processos pedagógicos que medeiam as condições objetivas e subjetivas da cultura do trabalho [...], o caráter educativo das novas formas de trabalho empreendidas pelos próprios trabalhadores, no contexto da crise do emprego.*” (TIRIBA: 2001, p. 32)

Por outro lado, dado o exíguo espaço disponível para a apresentação do tema, o presente artigo dará prioridade a um conjunto restrito de elementos metodológicos considerados prioritários no tratamento da questão, a saber:

- articulações e mediações entre princípios e técnicas
- interdisciplinaridade na incubação
- educação popular e ação social transformadora
- adequação sócio-técnica

Articulações e mediações entre princípios e técnicas

Como em qualquer atividade pedagógica, a construção de objetivos claros, delimitados e factíveis, é parte crucial do processo de incubação.

O primeiro elemento a ser avaliado neste sentido é o recorte que se quer dar à noção de IEA que se quer apoiar. Embora a Rede de ITCPs brasileira busque referência na noção de *cooperativa popular*, nos parece importante relativizar os termos em função das limitações jurídicas que ele produz. No Brasil, até bem pouco tempo, era necessário reunir vinte associados para a formação de uma cooperativa; além disso, como reza a velha máxima *há cooperativismo sem cooperativas assim como há cooperativas sem cooperativismo*, ou em outras palavras, a cooperação sócio-econômica guarda apenas uma relativa dependência em relação à forma jurídica adotada pelo empreendimento.

Se os princípios adotados pela incubadora coincidem com os princípios definidores da economia solidária que delimitamos mais acima, isto pressupõe uma

articulação evidente entre princípios, de um lado, e métodos & técnicas a serem utilizados, de outro. Não se pode pensar uma incubação, por exemplo, na qual apenas alguns associados terão acesso às atividades formativas; a incubação não pode conviver com situações de flagrante desrespeito àqueles princípios, mesmo que tal julgamento seja relativo ou subjetivo. Por outro lado, IEAs com elevado número de associados, com grandes disparidades de capacitação e qualificação exigem, por outro lado, um plano de incubação que preveja um nivelamento dessas condições ao longo do processo, buscando reduzir as possibilidades de formação de assimetrias de poder calcadas nas diferenças de conhecimento (ou qualquer outra).

É importante salientar que a formação característica das IEAs resulta de um encontro de subjetividades e objetividades: de grupos de trabalhadores que possuem identidade e laços de solidariedade significativos, e que ao mesmo tempo encontram-se em condições precárias de emprego ou de sobrevivência. Por isto, é preciso ter claro que o êxito da incubação depende, em grande parte, dos grupos a serem incubados, mais que da própria incubadora. Um conjunto razoavelmente extenso de problemas pode interpor-se entre a incubação e a consolidação dos empreendimentos: ausência de laços de solidariedade, qualificação profissional inexistente ou insuficiente, apatia e falta de iniciativa, lideranças autoritárias ou oportunistas, inexperiência dos trabalhadores quanto à auto-disciplina para o trabalho, ausência das condições mínimas de operação (local, ferramentas, capital de giro...) etc. Evidentemente, todas essas dificuldades devem ser enfrentadas pelo processo de incubação, mas elas devem ser cuidadosamente analisadas quando uma incubadora estabelece um plano de intervenção, pois cada situação exigirá diferentes abordagens, volumes diversos de recursos (humanos e materiais) e – sobretudo – diferentes graus de expectativa em relação ao êxito do processo (e isto pode ser fundamental, por exemplo, quando se trata de consolidar a ação da própria incubadora em termos de “resultados esperados”).

De outra parte, ainda, tomando em consideração os aspectos metodológicos mais diretos da ação, convém destacar o fato de que não se pode buscar coerência entre

um projeto de intervenção social pautado por uma ética *libertadora* (ou transformadora) a partir de uma perspectiva teórico-metodológica *positivista* (pressupondo uma relação estática e demarcada entre educadores e educandos – ao que Paulo Freire designava como “educação bancária”), do tipo “*transferência de tecnologias*” ou ainda “*educação à distância*”, uma vez que a construção de iniciativas autogestionárias fundamenta-se na interação constante e horizontal entre seus partícipes.

“Considerando que a autogestão constitui-se antes como uma organização social do que uma doutrina, a metodologia do nosso trabalho educativo tem, como ponto de partida, o espaço cultural dos trabalhadores participantes e, como ponto de chegada, a organização dos mesmos trabalhadores de forma que a realização do conjunto seja maior que a soma das partes envolvidas. A relação ternária: prática-teoria-prática, ou concreto-abstrato-concreto, requer que se tome como base do trabalho educativo a leitura e interpretação da situação vivida pelo grupo e seu repertório de experiência.” (ANTEAG: 2004, P. 19)

Por outro lado, o *compromisso ético* da incubadora para com os princípios da economia solidária, se é totalmente necessário, também é totalmente insuficiente. A consolidação de iniciativas econômicas que se organizam na contra-mão dos modelos empresariais dominantes exige do processo de incubação a reunião de um conjunto eclético de conhecimentos, de relativa complexidade, que precisam passar pela apropriação de educadores e educandos ao mesmo tempo: conhecimentos relativos à gestão econômica e financeira dos empreendimentos; de desenvolvimento e de inovação de produtos e processos produtivos; de estratégias mercadológicas; de estruturação jurídica e contábil; de ações relativas à administração e/ou superação coletiva de conflitos; de planejamento pedagógico etc. E tome-se ainda em consideração que esta gama de informações, métodos, técnicas, procedimentos etc. deve se incorporar pelo cotidiano da IEA, ainda que de forma básica, mas suficiente para permitir a tomada de decisões por parte do coletivo ou até mesmo para orientar a busca eventual de apoio externo adequado à solução de cada problema.

Partindo desta perspectiva, parece-nos bastante indicada a adoção de métodos de intervenção alicerçados em formas diversas de *pesquisa-ação*, em que o controle da intervenção seja compartilhado entre os diversos agentes do processo. Entretanto, é preciso ter em conta todas as exigências advindas desta opção.

“Os termos pesquisa-ação e pesquisa participante têm a mesma origem, a psicologia social de Kurt Lewin, e alguns pontos como a crítica à metodologia da pesquisa tradicional das ciências sociais, especialmente no que se refere à sua falsa neutralidade e objetividade; a recusa de aceitação do postulado de distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa, o que remete à necessidade não só do pesquisador no meio, como de uma participação efetiva da população pesquisada no processo de geração do conhecimento, concebido fundamentalmente como um processo de educação coletiva; finalmente, o princípio ético de que a ciência não pode ser apropriada por grupos dominantes conforme tem ocorrido historicamente, mas deve ser socializada, não só em termos do seu próprio processo de produção como de seus usos, o que implica na necessidade de uma ação por parte daqueles envolvidos na investigação (pesquisador e pesquisado) no intuito de minimizar as desigualdades sociais nos seus mais variados matizes. [...]

Além de possuir um profundo conhecimento do método científico tradicional, de suas vantagens e limitações, ele [*o agente da intervenção proporcionada pela pesquisa-ação*] deve dominar as técnicas de dinâmica de grupo e as teorias subjetivas que a informam.” (HAGUETTE: 1995, pp. 109 e 115)⁴

O que estamos afirmando é quê: (1º) o processo de incubação tende a ter mais eficácia quando sua realização incorpora, de maneira crítica em relação às suas especificidades, o conjunto de ferramentas teórico-metodológicas que podem articular-se de forma coerente aos princípios autogestionários da economia solidária; e (2º) o processo de incubação – diante dos desafios que se colocam diante dele – exige uma perspectiva teoricamente orientada, que fuja de fórmulas empiristas que, apesar do compromisso e das boas intenções, podem levar os trabalhadores (em função dos resultados da experiência) ao outro extremo do objetivo da incubação – o descrédito da economia solidária. Daí a responsabilidade dos agentes da incubação de prepararem-se adequadamente para enfrentar os desafios teóricos e práticos que a ação exige.

Interdisciplinaridade na incubação

Um desses desafios vincula-se ao reconhecimento dos distintos aportes que as distintas especialidades podem prover à incubação, por um lado, e ao reconhecimento de que estas especialidades não podem intervir sobre a realidade sem um necessário diálogo que permita articular de forma dialética (sintética e sinérgica) suas distintas leituras e práticas em relação aos grupos e processos envolvidos.

⁴ Ver também THIOLENT (1980).

Não poderemos nos deter aqui numa discussão minimamente apropriada sobre o tema da interdisciplinaridade, mas sim destacar alguns elementos significativos desta relação no processo de incubação.

O primeiro deles diz respeito à própria dinâmica da formação das IEAs, que pressupõe uma co-relação direta entre a dimensão cooperativa/autogestionária (como processo eminentemente sócio-político) e a dimensão administrativa/empresarial (eminentemente sócio-econômica).

Em qualquer firma convencional (capitalista) estas duas dimensões estão presentes. Entretanto, a hierarquização típica da firma convencional recoloca sobre um eixo diferenciado a questão do poder e das relações internas; já numa IEA pressupõe-se um exercício de poder muito mais rico e muito mais complexo, porque coletivo e horizontal, numa clara subversão das relações de trabalho assimétricas convencionais. Por outro lado, a sobrevivência do empreendimento associativo está vinculada às suas capacidades competitivas, relacionadas aos elementos típicos do processo de concorrência capitalista: quantidades, qualidades, *design*, diversificação e diferenciação de produtos, eficiência produtiva, capacidade de acumulação e investimento etc. E no interior de cada uma dessas dimensões, emerge um conjunto heterogêneo de questões estudadas e discutidas por diferentes áreas de especialização: num pólo, as ciências do comportamento: psicologia, antropologia, sociologia, política... no outro, as ciências e técnicas aplicadas: direito, administração, contabilidade, engenharia...

No processo de incubação, torna-se patente, então, um conjunto de premissas de cuja clareza depende a intervenção social:

(1º) o inter-reconhecimento de cada área em relação à importância das outras áreas de conhecimento;

(2º) a busca desarmada de diálogo e de troca entre as áreas envolvidas, no sentido de constituir ações devidamente articuladas, complementares, dialógicas; exercitando a flexibilidade necessária para alterar sua dinâmica própria de trabalho, bem como para oferecer possibilidades de alteração da dinâmica das outras áreas;

(3º) a busca, neste diálogo, da mútua incorporação de conhecimentos aparentemente adstritos às demais áreas, sem cuja compreensão torna-se impossível a cada uma das especialidades desenvolver seu próprio trabalho;

(4º) a clareza de que a apropriação dos demais especialistas e – sobretudo – dos trabalhadores, dos temas e métodos relativos a cada área, será sempre limitada e mediada pelos conceitos e experiências anteriormente adquiridos;

(5º) finalmente, a compreensão de que qualquer “saber acadêmico” participa desse processo numa condição de intensa *troca* com as formas de saber estruturadas pela experiência de vida dos trabalhadores organizados.

Em suma, trata-se um processo em que as variadas “disciplinas” devem “diluir-se” no processo mais geral, para recompor-se mais adiante a partir da crítica da prática desenvolvida, para outra vez reiniciar o processo de diluição; ou em outras palavras, de um trabalho cuja divisão ganha sentido em função de um resultado que é maior que a soma das partes. Do ponto de vista dos trabalhadores, esta relação – se desenvolvida adequadamente – desvela um conjunto de conhecimentos que se tornam *ferramentas de poder* que podem/devem traduzir-se em formas de acumulação social e política, de *empoderamento* do coletivo desde o ponto de vista da sua viabilização como empreendimento econômico não-convencional (crítico da convenção).

Ao final do processo de incubação, evidentemente, não se pode esperar que os coletivos (os trabalhadores e o grupo de intervenção) tenham se apropriado de todo o fluxo de conhecimento ali transitado, mas que sejam todos capazes de (a) valer-se das bases mínimas necessárias, de cada área, para a tomada de decisões coletivas soberanamente informadas e (b) qualificar e aprofundar determinado aspecto do funcionamento dos empreendimentos, de modo que uma certa especialização possa potencializar a divisão consentida (acordada) do trabalho (seja ele o trabalho da intervenção, seja ele o trabalho produtivo no empreendimento).

Esses pressupostos indicam, portanto, a necessidade da incubação desenvolver-se a partir de equipes dispostas ao exercício da interdisciplinaridade. Por outro lado, nossa

experiência demonstra que a constituição de equipes demasiadamente extensas (por exemplo, buscando abarcar todas as áreas de conhecimento necessárias) corre o risco de dissolver as responsabilidades e a própria referência dos trabalhadores em relação à incubadora. No caso da ITCP-UNICAMP⁵, por exemplo, as equipes são formadas por responsáveis em cinco áreas: planejamento econômico, produção & tecnologia, dinâmica das relações humanas, processos pedagógicos e saúde & ambiente. A INTECOOP-UCPEL⁶ trabalha com equipes cujos monitores se dividem nas seguintes áreas de intervenção: relacional, pedagógica, empresarial, mercadológica e tecnológica. Além disso em ambas as incubadoras, por outro lado, há um conjunto de estruturas de assessoria destinadas a suportar estudos ou projetos pontuais relacionados aos empreendimentos (assessorias contábil, jurídica, de publicidade & propaganda etc.).

Educação popular e ação social transformadora

Um terceiro elemento primordial da metodologia é a educação popular, entendida aqui sob a ótica das formulações de Paulo Freire, na sua relação com a ação social dirigida à transformação social.

“Não vejo como a educação popular, não importa onde quando, pudesse ter prescindido ou possa prescindir do esforço crítico a envolver educadores e educadoras, de um lado, e educandos, de outro, na busca da razão de ser dos fatos. Em outras palavras, centrando-se a educação popular na produção cooperativa, na atividade sindical, na mobilização e organização da comunidade para a assunção por ela da educação de seus filhos e filhas através das escolas comunitárias [...] qualquer que seja a hipótese, não é possível descartar o processo gnosiológico. O processo de conhecer faz parte da natureza mesma da educação de que a prática chamada educação popular não pode fazer exceção [...]. [O *trabalhador*] tem o direito de conhecer as raízes históricas da tecnologia, assim como o de toma-la como objeto de sua curiosidade e refletir sobre o indiscutível avanço que ela implica, mas, também, sobre os riscos a que nos expõe [...]”. (FREIRE: 2002, p. 132)

A relação entre a educação popular e a incubação de cooperativas ganha, assim, contornos especialmente relevantes:

⁵ Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. <www.itcp.unicamp.br>

⁶ Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas/UCPEL. <www.ucpel.tche.br/intecoop>

- deve fazer-se presente, de forma evidente, num aprendizado em que a relação crítica com o mundo que está ao redor, permite que a construção de coletivos que se colocam na condição de sujeitos históricos, não apenas em relação a si mesmos, mas em relação ao conjunto da sociedade;
- determina o necessário exercício pedagógico da construção de pontes de apropriação, pelos trabalhadores, de conteúdos e formas de aprendizagem estranhas às suas experiências anteriores, e pelos educadores-agentes-sociais, de apropriação dos conhecimentos concebidos em formas de vivência e de saber estranhas a seu mundo;
- enfim, trata-se de um exercício pedagógico que precisa estabelecer mediações difíceis, complexas, entre o respeito aos ritmos e condições de aprendizagem, e as necessidades e desejos urgentes de trabalhadores que precisam sobreviver e constituir um empreendimento delimitado pelas relações de mercado.

Este conjunto complexo de mediações pedagógicas resume o núcleo duro dos problemas enfrentados pela incubação de iniciativas econômicas associativas: forma & conteúdo; respeito aos ritmos & urgências materiais; autogestão & intervenção; democracia & eficácia etc. Não é possível, aqui, qualquer definição prévia em termos de procedimentos e de padrões. Cada passo da ação precisa ser discutido (construído, acordado) com o conjunto dos atores do processo, sob pena de romperem-se os laços de confiança e solidariedade mútua que ligam os trabalhadores, uns aos outros; os incubadores, uns aos outros; e os primeiros, aos demais. Estabelecer uma linguagem capaz de permitir a máxima compreensão possível dos significados de cada fala, de cada manifestação, e ao mesmo tempo construir a capacidade de “traduzir” cada gesto, cada conceito, cada técnica, é um desafio que exige ao mesmo tempo preparação teórica e experiência constante.

Para aqueles que atuam nas incubadoras e cuja formação, de alguma maneira, oferece desde sempre esta problemática – os que estão no campo das ciências humanas e sociais –, estas mediações constituem um dos pilares de sua ação profissional. Para

aqueles cuja formação foi (é) centrada na técnica formal – os que estão no campo das ciências econômicas e naturais –, esta trajetória é muito mais difícil e exige um sobre-esforço. Mas, por outro lado, é comum que os primeiros, os cientistas sociais, subestimem a necessidade e a capacidade de intervenção dos demais. Para o conjunto dos incubadores, este é mais um dos desafios desse processo.

Para os trabalhadores, cuja experiência de vida foi marcada por diferentes graus de exclusão e buscam agora se inserir ou se re-inserir no mercado produtivo, suas *histórias de vida* estabelecem significados igualmente desafiadores.

“A cultura do trabalho experimentada por muitos trabalhadores que hoje são cooperados exige um outro aprendizado, na medida em que precisam se adaptar à nova lógica [...]. Precisam aprender a utilizar o potencial de conhecimento que possuem e a capacidade de se colocarem como sujeitos das relações sociais que estão desenvolvendo no interior do processo de trabalho, abandonando, assim, a cultura da subordinação.” (GALVÃO; CIFUENTES: 2001, p. 33).

Neste sentido, o processo de incubação precisa desenvolver, com o grupo incubado, sua própria capacidade de planejar-se pedagogicamente, pois sua viabilidade econômica depende da permanência e constância da aprendizagem, por um lado, e a agregação de novos trabalhadores ao empreendimento necessita a realização de um processo pedagógico igualmente permanente, por outro lado, que permita ao grupo educar-se e re-educar-se sempre.

Adequação sócio-técnica

O problema da tecnologia utilizada pela IEAs e a relação que o processo de incubação tem com o tema, constituem um outro desafio do processo de consolidação das iniciativas.

Ele adquire centralidade à medida que o tipo de tecnologia utilizada condiciona um conjunto de relações determinantes para o êxito do empreendimento e de sua autogestão. Dele dependem:

- a competitividade do empreendimento, e portanto, sua viabilidade econômica;

- a possibilidade do exercício efetivo de mecanismos de autogestão, uma vez que a tecnologia não é “neutra”, isto é: padrões específicos de tecnologia podem anular, reforçar ou condicionar arranjos específicos de controle administrativo (veja-se as diferenças entre produção artesanal, taylorista ou toyotista);
- a gestão da relação entre investimentos, produtividade e emprego da força de trabalho, ou em outras palavras, da resolução da contradição entre acumulação de capital (no caso, coletiva) e surgimento de excedentes de trabalho (emprego de tecnologia x manutenção dos postos de trabalho);
- a relação entre o trabalhador e o ambiente que o cerca, não só do ponto de vista do ambiente de trabalho em si (e a relação com sua saúde), mas também com o seu entorno social (os consumidores, por exemplo) e natural (no local onde se desenvolvem suas atividades econômicas), e finalmente, com a parcela de responsabilidade cidadã do empreendimento para com a preservação da vida.

Uma vivência de poucas horas em empreendimentos solidários (um assentamento de reforma agrária, ou uma cooperativa de seleção de resíduos, ou uma olaria, ou uma metalúrgica que sejam autogeridos, por exemplo) torna fácil perceber a profundidade da questão e suas repercussões sobre o processo de incubação.

A proposta da *adequação sócio-técnica*, originalmente desenvolvida por Renato Dagnino (2002), propõe uma perspectiva teórico-metodológica que aproxima o problema da tecnologia de outros princípios fundadores aqui referidos, como a pesquisa-ação e a educação popular:

“Em linhas gerais, a adequação sócio-técnica (AST) pode ser concebida por semelhança ao processo extensivamente abordado na literatura latino-americana sobre Economia da Tecnologia, de adaptação ou ‘tropicalização’ da tecnologia proveniente dos países centrais às nossas condições técnico-econômicas [...].

No contexto da preocupação com os empreendimentos autogestionários, a AST teria então como objetivo adequar a tecnologia convencional (e, inclusive, conceber alternativas) aplicando critérios suplementares aos técnico-econômicos usuais [...].

Dentre esses critérios pode-se destacar a participação democrática no processo de trabalho, o atendimento a requisitos relativos ao meio-ambiente (através, por exemplo, do aumento da vida útil das máquinas e equipamentos), à saúde dos trabalhadores e dos consumidores e à capacitação autogestionária dos trabalhadores.” (NOVAES; ASSIS; DAGNINO: 2004, p. 21).

Embora concebida em referência às chamadas tecnologias *duras*, a adequação sócio-técnica, no nosso entendimento, pode ser estendida ao conjunto das *tecnologias* utilizadas em todas as áreas de ação da IEAs: em relação a produtos, processos produtivos, fontes de energia, gestão financeira, gestão de marketing etc.

Além de uma perspectiva teórica que acerca o problema da tecnologia a outros princípios de intervenção aqui referenciados – como a pesquisa-ação e a educação popular –, é preciso evidenciar que a adequação sócio-técnica precisa ser vivenciada também a partir desses princípios, isto é, como processo de construção do conhecimento que precisa ser compartilhado e incorporado pelo cotidiano dos trabalhadores.

Concluindo

O conjunto de temas que cercam o debate em torno da metodologia de incubação de iniciativas econômicas associativas é vasto e sua abrangência está longe de ser tratada aqui. Questões relativas aos limites e possibilidades jurídicas; à complexidade do desenvolvimento da teoria e da prática da autogestão; das condições de viabilização e consolidação de iniciativas autogestionárias em meio a mercados oligopolizados; os aspectos referentes à preservação de ambientes e práticas de trabalho saudáveis; os problemas éticos relativos à relação com a concorrência, com os consumidores e o com o meio ambiente; as relações entre incubadoras e IEAs com as formas variadas de intervenção do poder público etc., não foram priorizadas neste trabalho, mas nem por isso constituem temas de menor importância.

Nosso objetivo foi problematizar as dificuldades encontradas na ação das incubadoras (universitárias ou não) de iniciativas econômicas associativas. Não com o intuito de questionar a viabilidade de êxito dessas ações, mas sim de instigar o debate sobre a necessária qualificação dessas intervenções, sobre o necessário aprofundamento de

temas, teorias e práticas, que permitam reforçar a capacidade de apoio e suporte das incubadoras às iniciativas, potencializando a economia solidária e as utopias com as quais ela dialoga.

A incubação de IEAs, como toda ação social que se pretende transformadora, não pode prescindir da técnica apenas em função da ética. Se o compromisso pretende expressar-se de forma efetiva, ele precisa valer-se das condições que lhe permitam cumprir seus propósitos. Trata-se, então, de afirmar um apelo e um desejo pela continuação e pelo aprofundamento de um diálogo profícuo e fundamentado, que recém se inicia, entre aqueles que tomam partido por uma economia socialmente orientada e ambientalmente sustentável e que fazem da sua ação social uma ferramenta de solidariedade com os excluídos e de luta pela transformação da sociedade.

Referências bibliográficas

ANTEAG (2004). *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

CRUZ, Antônio (2002) Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br>>. Acesso em 10/12/2005.

_____ (2004). Economia solidária – a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica. In: *Cadernos de economia: Revista do curso de ciências econômicas*, nº 8. Chapecó: Unochapecó.

_____ (2004b). “É caminhando que se faz o caminho”: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. In *Cayapa – revista venezolana de economía social*, ano 4, nº8, pp. 36-55. Mérida (Venezuela): CIRIEC-Venezuela.

_____ (2005). “By walking, we make the road”: the different methodologies of technology incubators for popular co-operatives in Brazil. In: *Review of international co-operation*. Genebra: International Co-operative Alliance.

_____ (2006). *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado em economia aplicada. Campinas: Instituto de Economia. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000378375>>. Acesso em 25/07/2006.

_____ ; SILVA, Gabriela Scur (2002). Levantamento, tipologia e conceituação de iniciativas de economia solidária: um estudo de caso – a metade sul do Rio Grande do Sul. Relatório de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do RGS. Pelotas: fotocopiado.

_____ ; CARDOSO, Alexandra (2004a). Las lecciones de la experiencia de Mondragón para la economía solidaria del Cono Sur – Partes I. In: *Documento 44 del Centro de Estudios de Sociología del Trabajo*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas / Universidad de Buenos Aires.

_____ (2004b). Las lecciones de la experiencia de Mondragón para la economía solidaria del Cono Sur – Partes II. In: *Documento 45 del Centro de Estudios de Sociología del Trabajo*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas / Universidad de Buenos Aires.

DAGNINO, Renato (2002). Adequação sócio-técnica, autogestão e economia solidária. Campinas: arquivo eletrônico. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br/downloads>>. Acesso em 25/07/2006.

FREIRE, Paulo (2002). *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra.

GALVÃO, Marisa Nunes; CIFUENTES, Ricardo (2001). Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho. In: VIEITZ, Cândido; DAL RI, Neusa Maria. *Organizações e Democracia*, nº 2. Marília/SP: Unesp-Marília Publicações.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota (1995). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis/RJ: Vozes.

NOVAES, Henrique; ASSIS, Ulisses de; DAGNINO, Renato (2004). Mapeando mudanças em empresas recuperadas sob a ótica do conceito de adequação sócio-técnica. Campinas: arquivo eletrônico. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br/downloads>>. Acesso em 25/07/2006.

THIOLLENT, Michel (1988). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis.

TIRIBA, Lia (2001). *Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí.